

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.784 - AL (2019/0041143-8)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MACEIÓ
PROCURADOR : JOÃO BATISTA DE FRANÇA SILVA E OUTRO(S) -
RN008022
RECORRIDO : EVERALDO CALHEIRO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Maceió, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA RECHAÇADA. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO EM BLOCO DE PROCESSOS IDÊNTICOS. APLICAÇÃO DOS ARTS. 458 E 249, § 1º, DO CPC. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO, NOS MOLDES DO ART. 219, § 5º, DO CPC. NÃO COMPROVAÇÃO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO (ART. 174, IV, DO CTN) OU QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE CONFISSÃO DA DÍVIDA PELO DEVEDOR, CASO EM QUE O ÔNUS DA PROVA INCUMBE AO AUTOR (ART. 333, I, CPC). INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ. PRESCRIÇÃO TOTAL DOS CRÉDITOS POR INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. REEXAME NECESSÁRIO: SEM ACARRETAR OFENSA. VIOLAÇÃO AO ART. 475, I, DO CPC, DESNECESSÁRIO FAZÊ-LO, UMA VEZ QUE, ALÉM DA PROVADA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À PARTE, OS TEMAS OBJETO DO RECURSO VOLUNTÁRIO MANEJADO PELA FAZENDA PÚBLICA FORAM PLENA, CABAL E EXAUSTIVAMENTE EXAMINADOS. DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

O valor da causa, atribuído na inicial da execução fiscal, foi de R\$ 1.911,91 em dezembro de 2003 (fl. 1).

No julgamento encimado, foi declarada a ocorrência da prescrição sob o fundamento de que, em se tratando de feito submetido ao regime anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, transcorreram mais de cinco anos sem que tivesse havido a citação, restando afastada a aplicação do Enunciado Sumular n. 106/STJ, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição se deu, exclusivamente, em virtude da desídia da própria Fazenda Pública Municipal.

No presente recurso especial, o recorrente aponta a violação ao art. 174 do CTN, sustentando, em resumo, que o Tribunal de origem não reconheceu que, no caso, não há que se falar em prescrição, considerando que foi ajuizado o executivo fiscal dentro do prazo quinquenal e que houve culpa

exclusiva do Poder Judiciário pela demora na citação, situação que atrai a incidência do Enunciado Sumular n. 106/STJ, diante do fato de que o Juízo de primeira instância sequer proferiu despacho de citação, mesmo após o processo ter permanecido na conclusão por anos.

É o relatório. Decido.

Não merece seguimento o recurso.

Verifica-se que a irresignação do recorrente - acerca da alegada responsabilidade exclusiva do Poder Judiciário quanto à demora em efetivar a citação - vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, o qual, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o transcurso do prazo prescricional quinquenal teve responsabilidade exclusiva da exequente, sendo afastado o teor do Enunciado Sumular n. 106/STJ.

Ao contrário do quanto argumentado pelo recorrente, não se afasta a necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, considerando que a alegação recursal fundamenta-se nos fatos de que não foi proferido o despacho de admissibilidade da inicial, bem como de que houve permanência do processo por anos na conclusão.

Assim, para rever a fundamentação do Tribunal de origem, interpretando o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios em conjunto com o quanto mais consta dos autos, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese o Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No mesmo sentido, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DEMORA NA CITAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. O Tribunal local, soberano na análise dos fatos e das provas, consignou: "Finalmente, não sendo a demora na citação nem a paralisação do processo decorrente de causa atribuída, exclusivamente, ao mecanismo do Judiciário, certamente, a prescrição consumou-se, não havendo como se falar, na espécie, em aplicação da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça".

3. No caso dos autos, o Tribunal a quo atestou que se passaram cinco anos desde a constituição definitiva do crédito tributário, sem que houvesse a citação, e que essa demora não pode ser imputada ao mecanismo judiciário. Nessa perspectiva, não há como afastar a prescrição sem esbarrar no óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido. (REsp n. 1.509.335/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/3/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

